

# 24º Exame de Ordem - 1ª fase - 2004

## Deontologia Jurídica

1. O advogado Carlos Augusto Soares (OAB/RJ) é também Vereador no Município de Niterói. No exercício da sua função legislativa, o advogado Carlos Augusto foi eleito Presidente da Câmara de Vereadores de Niterói. Pergunta-se como fica a situação deste advogado no exercício da advocacia e junto à OAB/RJ?

- (a) Terá sua inscrição cancelada na OAB/RJ, e não mais poderá advogar
- (b) Terá sua inscrição cancelada enquanto estiver no exercício do cargo eletivo
- (c) Ficará licenciado da advocacia, e, portanto, proibido totalmente de advogar durante o tempo em que for Presidente da Câmara de Vereadores de Niterói
- (d) Ficará impedido de advogar somente contra as pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público

2. Solicitar ou receber de constituinte qualquer importância para aplicação ilícita ou desonesta é uma infração disciplinar, conforme art. 34, XVII, do Estatuto da Advocacia e da OAB. O advogado que comete tal infração estará sujeito:

- (a) A censura
- (b) A censura cumulada com multa que pode variar entre o mínimo de uma anuidade e no máximo de seu décuplo
- (c) A exclusão
- (d) A suspensão que acarreta a interdição do exercício profissional, em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses

3. O advogado Mário Souza, OAB/RJ, foi procurado por um cliente para ingressar com uma ação de reparação por danos morais em face de uma prestadora de serviço público. Analisando a situação o advogado Mário Souza entendeu não ser cabível tal ação. De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB qual o procedimento a ser adotado pelo advogado Mário Souza?

- (a) Informar o cliente, de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das conseqüências que poderão advir da demanda, e caso o cliente insista na demanda, ingressar com a referida ação
- (b) Ingressar com a referida ação, sem nada informar ao cliente, mesmo entendendo que seu cliente não logrará êxito
- (c) Substabelecer o mandato, sem reservas de poderes, para outro advogado que ingressará com ação de reparação por danos morais
- (d) Substabelecer o mandato, com reservas de poderes, para outro advogado que ingressará com ação de reparação por danos morais

4. O advogado Marcos Antônio retirou de Cartório os autos de um processo cível em andamento, pelo prazo de 10 (dez) dias. Decorridos mais de 30 (trinta) dias sem devolver os referidos autos, Marcos Antônio foi intimado, por Oficial de Justiça, a devolver aqueles autos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Também não o fez e nada justificou. Pergunta-se: Ao todo o que pode ocorrer a Marcos Antônio?

- (a) Ser punido disciplinarmente pela OAB; ser punido pelo juiz da Vara que pertence os autos do processo; perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos
- (b) Ser punido disciplinarmente pela OAB; ser punido criminalmente pela retenção dos autos; perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório e pagar multa de meio salário mínimo, podendo até responder por perdas e danos, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos
- (c) Ser apenas punido disciplinarmente pela OAB e responder por perdas e danos, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos
- (d) Ser punido disciplinarmente pela OAB; ser punido pelo Juiz da Vara a que pertence os autos do processo e sujeitar-se à busca e apreensão dos autos

5. Entre outros requisitos, o Contrato Social de uma Sociedade de Advogados deve conter:

- (a) O objeto social, que consistirá no exercício da advocacia, podendo incluir a administração de bens e corretagem de imóveis, bem como a

razão social designada pelo nome de um dos sócios que seja advogado

(b) O prazo de duração da sociedade, que será sempre indeterminado, além do endereço de sua sede, podendo ter filiais

(c) A razão social designada pelo nome completo ou abreviado dos sócios ou, pelo menos, de um deles, responsável pela administração da sociedade; o prazo de duração da sociedade e o objeto social, que consistirá, exclusivamente, no exercício da advocacia

(d) A razão social designada pelo nome completo ou abreviado dos sócios ou, pelo menos, de um deles, responsável pela administração da sociedade; o prazo de duração da sociedade, que pode ser determinado ou indeterminado, e ter como sócios apenas advogados e estagiários regularmente inscritos na OAB

6. Qual das hipóteses abaixo configura uma Lide Temerária?

(a) O advogado ingressar em juízo com uma ação de rescisão de um contrato que não foi firmado com o réu

(b) O advogado abandonar o patrocínio da causa de seu cliente e passar a defender o adversário dele naquela mesma causa

(c) O advogado aconselhar o cliente a ingressar em juízo com um ação que sabe tratar-se de "causa perdida"

(d) O advogado exigir do cliente honorários acima dos valores estabelecidos na Tabela de honorários da OAB

## Direito Constitucional

7. É proposta uma ação direta de inconstitucionalidade cujo o objeto é uma lei federal flagrantemente inconstitucional editada anteriormente à Constituição da República de 1988. Segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, podemos afirmar que:

(a) A ação será julgada procedente posto que inconcebível a permanência de uma norma inconstitucional no ordenamento jurídico, independente da data de sua edição

(b) A ação será julgada improcedente pois norma federal não pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade

(c) A ação será julgada improcedente pois norma anterior à Constituição vigente não pode ser objeto de Ação Direta já que o STF adota a tese da revogação qualificada

(d) A ação será julgada procedente visto que, segundo posição do STF, a norma anterior à Constituição com ela incompatível sofre de inconstitucionalidade superveniente e, por isso deve ser retirada do ordenamento jurídico

8. Analise cada item abaixo e responda:

I) Historicamente os direitos que hoje se conhecem como direitos fundamentais surgiram como limitações à ingerência abusiva do Estado na esfera da vida individual; esses direitos, essencialmente ligados à defesa da liberdade, são o que atualmente se denomina direitos de primeira geração.

II) O princípio Constitucional da igualdade positivado no art. 5 caput e inciso I da Constituição da República não veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupos sociais, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras. Não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário e desprovido de razoabilidade.

III) Se determinada competência legislativa não estiver arrolada entre aquelas expressamente conferidas a União pela Constituição, dever-se-á concluir que ela toca aos Estados-membros e ao Distrito Federal, uma vez que, na técnica brasileira de repartição de competências, as chamadas competências remanescentes cabem ao estado membro.

IV) Os Vereadores possuem imunidade material ou inviolabilidade, por sua opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, além de imunidade formal ou processual, sendo processados e julgados, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

(a) As afirmativas II e III são falsas

(b) As afirmativas I,III e IV são falsas

(c) As afirmativas I,II e III estão corretas

(d) As afirmativas I e II são verdadeiras e a IV é falsa

9. Diante das afirmativas abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) O mandato de segurança é uma das ações em que se pode suscitar o controle incidental da constitucionalidade
- (b) O controle de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal é feito tanto pela via difusa quanto pela via concentrada através da arguição de descumprimento de preceito fundamental
- (c) O ordenamento jurídico brasileiro adota o controle difuso e concentrado da constitucionalidade das normas
- (d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor a arguição de descumprimento de preceito fundamental

10. Acerca do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (a) Cabe ao Congresso Nacional sustar, através de resolução, o ato normativo do Poder Executivo que exorbite dos limites da delegação legislativa
- (b) O Advogado-Geral da União pode funcionar como agente provocador em sede de ação direta de inconstitucionalidade, desde que seja previamente citado o Procurador Geral da República
- (c) Compete a qualquer das turmas do Supremo Tribunal Federal apreciar a ação direta declaratória de inconstitucionalidade, desde que se preserve a competência originária daquela corte para processo e julgamento da ação em questão
- (d) A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal e tornará aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em contrário

11. Compete privativamente a União legislar sobre:

- (a) direito tributário
- (b) direito financeiro
- (c) direito agrário
- (d) direito urbanístico

12. No que tange o novo regime jurídico das medidas provisórias, assinale a opção correta:

- (a) As medidas provisórias poderão ser aprovadas por decurso de prazo se, após cento e vinte e dias, as Casas do Congresso Nacional não a rejeitarem expressamente
- (b) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso do prazo
- (c) É flagrantemente inconstitucional a incidência de qualquer emenda parlamentar em medida provisória que esteja tramitando em qualquer das Casas do Congresso Nacional
- (d) As medidas provisórias podem tratar de matéria submetida a expressa reserva de lei complementar desde que sejam aprovadas por maioria absoluta

## Direito Internacional

13. O governo federal, com fundamento no artigo 26 da lei 6815/80, cancelou o visto temporário de jornalista italiano, correspondente de agência noticiosa européia. O estrangeiro foi notificado pelo Departamento de Polícia federal para deixar o país em até oito dias sob pena de:

- (a) Expulsão
- (b) Extradicação
- (c) Deportação

(d) Banimento

14. Brasileiro naturalizado que cometer atividade nociva em nosso país poderá ter sua naturalização cancelada por:

- (a) decreto legislativo
- (b) homologação do STF
- (c) ratificação do Congresso Nacional
- (d) **decisão judicial**

15. Ao correio diplomático, para exercício de suas funções, será concedido:

- (a) **um passaporte diplomático**
- (b) um passaporte oficial
- (c) um passaporte comum
- (d) um passaporte para estrangeiro

16. As leis de outro país produzirão efeitos em nosso território se:

- (a) **não ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes**
- (b) forem aprovados pelo Congresso Nacional
- (c) forem sancionadas pelo Presidente da República
- (d) forem reconhecidas pelo STF

## Direito Administrativo

17. José, servidor público, está respondendo processo administrativo disciplinar por fato que constitui ilícito administrativo e, ao mesmo tempo, a processo criminal por ilícito penal decorrente do mesmo fato. A decisão do juiz criminal repercutirá na instância administrativa se:

- (a) absolver o servidor por existir circunstância que isente o réu de pena
- (b) absolver o servidor por ineficiência de prova
- (c) absolver o servidor por reconhecer não constituir, o fato, infração penal
- (d) **declarar inexistente o fato**

18. Em fiscalização realizada por denúncia de moradores vizinhos, a municipalidade interditou antiga construção em ruínas, que ameaçava desabar colocando em risco a vida dos que ali circulavam. Como seu proprietário quedou-se inerte frente a notificação com ordem para demolição, a própria municipalidade efetuou a demolição da construção. O atributo que caracteriza a demolição realizada pela própria municipalidade:

- (a) imperatividade
- (b) presunção de veracidade
- (c) poder de polícia
- (d) **auto executoriedade**

19. A Administração Pública Municipal determinou que os feirantes, ocupantes de área pública onde seria realizada uma obra pública, deveriam ser transferidos para outro local que lhes fora destinado. A Administração fixou prazo para que se procedesse à transferência, onde findo o prazo sem a devida desocupação, foi expedida ordem para que a Polícia Militar providenciasse a desocupação da área pública. Os feirantes resistiram, usando paus e pedras, às tentativas de desocupação. A polícia usou de força para cumprir as ordens recebidas. Após o confronto, cinco feirantes foram mortos e vários sofreram lesões corporais graves provocadas por tiros disparados pela polícia. Em face dessa situação hipotética, assinale a

opção correta:

- (a) a atitude da polícia militar deve ser considerada lícita, pois a coercibilidade é um dos atributos do poder de polícia
- (b) a atitude da polícia seria considerada lícita apenas se estivessem os policiais dando cumprimento a ordem judicial
- (c) a coercibilidade é atributo do poder de polícia. Para ser lícita, a atuação do Estado deveria, porém, ter obedecido ao princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade que, no caso, foi violado
- (d) o uso da força pela polícia será sempre considerado como violador de direitos e garantias individuais

20. Considerando a invalidação, pelo poder judiciário, de ato administrativo eivado de ilegalidade, a referida decisão judicial produz:

- (a) efeito da revogação do ato
- (b) efeito da reatificação do ato
- (c) efeito ex nunc
- (d) efeito ex tunc

## Direito Tributário

21. O princípio da capacidade contributiva significa que:

- (a) nenhum tributo pode ser exigido ou aumentado sem lei anterior que o estabeleça
- (b) é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros
- (c) qualquer subsídio ou isenção, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só pode ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição
- (d) sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte

22. Enquadra-se na definição de lançamento direto, o lançamento efetuado:

- (a) com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato indispensáveis à sua efetivação
- (b) de ofício pela autoridade administrativa, quando a lei assim o determine
- (c) quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa
- (d) em revisão do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, em virtude de impugnação do sujeito passivo ou de recurso de ofício

23. Assinale a alternativa correta:

- (a) Imposto é um tributo vinculado a uma contraprestação do estado ao contribuinte
- (b) Os impostos resultantes de incidência sobre circulação de bens e serviços têm destinação orçamentária e específica
- (c) Fato imponible e fato gerador tributários possuem a mesma significação no tratamento Tributário
- (d) Os impostos têm por finalidade a limitação de poderes

24. Assinale a alternativa correta:

- (a) A compensação tributária é uma das formas de extinção do crédito tributário
- (b) Todos os impostos podem ser majorados através de decretos
- (c) O lançamento tributário é ato privativo do contribuinte de direito
- (d) Somente com o pagamento, o crédito tributário é extinto

## Direito Trabalhista

25. É entendimento majoritário da jurisprudência trabalhista, especialmente do Tribunal Superior do Trabalho:

- (a) Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e funcional, aprovado por ato administrativo da autoridade competente
- (b) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato
- (c) A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988
- (d) A validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre não necessita da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de medicina do trabalho

26. Analise as afirmativas abaixo pertinentes ao procedimento sumaríssimo e marque a opção CORRETA:

- I) Poderá a demanda trabalhista ser ajuizada em face de um ente da Administração Pública Direta.
  - II) Quando o autor não souber indicar o correto endereço da parte ré, bastará que o advogado requeira a citação da mesma por edital.
  - III) O pedido deverá ser certo ou determinado, bem como deverá indicar o valor correspondente.
  - IV) Serão ouvidas duas testemunhas, independente do número de partes.
  - V) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não previamente requeridas
- (a) As afirmativas I e V estão corretas
  - (b) Todas as alternativas são corretas
  - (c) As afirmativas I, II e III estão falsas
  - (d) As afirmativas III e V estão corretas

27. Os embargos à execução, no Direito Processual do trabalho:

- (a) É recurso em sentido estrito, uma vez que, em última análise, visam à desconstituição da eficácia do título executivo
- (b) Têm caráter de ação de cognição incidental, conexa à execução, que busca desconstituir a eficácia do título executivo
- (c) É recurso do processo civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho
- (d) Têm caráter de ação de cognição incidental que deverá ser julgada pelo juízo civil da localidade dos bens executivos

28. É incorreto afirmar:

- (a) O empregado readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social pode servir de paradigma para fins de equiparação salarial
- (b) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato de trabalho ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado
- (c) A prestação, em espécie, do salário deve ser paga em moeda corrente do país, sob pena de assim não procedendo o empregador, considera-se como não feito o pagamento do salário
- (d) O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego

29. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço \_\_\_\_\_ em caso de doação voluntário de sangue devidamente comprovada. Verifica-se que essa hipótese resulta na \_\_\_\_\_ do contrato de trabalho.

- (a) por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho e interrupção
- (b) por um dia, em cada 24 (vinte e quatro) meses de trabalho e interrupção
- (c) por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho e suspensão
- (d) por um dia, em cada 2 (dois) meses de trabalho e suspensão

30. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I - Na demanda trabalhista, em regra geral, a competência é definida pela localidade onde for a sede da empresa.

II - Concedido prazo para emendar a petição inicial, a parte autora não o fazendo, o processo é extinto sem julgamento do mérito por inépcia da exordial. O advogado, nesta hipótese poderá interpor recurso ordinário no prazo de 05 dias.

III - Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

IV - Em regra as notificações no âmbito do processo do trabalho são realizadas por via postal e, no caso de não ser encontrado o destinatário ou no de recusa de recebimento, o correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la no prazo de 48 horas, ao tribunal de origem.

V - O não comparecimento da parte autora à audiência importa no arquivamento da demanda trabalhista, independente da ocorrência de motivo relevante justificador de sua ausência.

- (a) As assertivas I, III e IV estão erradas
- (b) As assertivas II, III e V estão corretas
- (c) As assertivas III e IV estão corretas
- (d) As assertivas I, II e III estão erradas

## Direito Penal

31. Em dificuldades financeiras, Juca resolve seqüestrar o filho de seu patrão de modo a obter vantagem econômica com o pagamento do resgate.

Téo, desafeto do patrão de Juca, resolve auxiliar fornecendo o local para o cativo. Tudo acertado, no dia combinado, Juca, sem avisar Téo, resolve furtar um carro para viabilizar a fuga. Contudo, no momento em que adentrava o veículo, foi pego pelos seguranças de seu patrão, o qual havia descoberto toda a empreitada criminoso e observava de longe o movimento dos rapazes. Presos Téo e Juca poderão ser denunciados, respectivamente por:

- (a) extorsão mediante seqüestro e tentativa de furto
- (b) Tentativa de extorsão mediante seqüestro e furto
- (c) Nada por conta do flagrante preparado
- (d) Nada e tentativa de furto

32. Bruno desejava matar seu pai, Luiz, combinado com José que se esconderia no escuro, na sala da casa de José, enquanto este levava a

vítima até o local para ser morto, O que Bruno não sabia é que José iria se aproveitar da situação para promover a morte de Antônio, seu desafeto, o que fez empurrando o rapaz, no lugar de Luiz, para dentro da sala e gritando para Bruno desferir o tiro. A bala, entretanto, após ferir mortalmente Antônio, ultrapassou seu corpo, atingiu o braço de José de raspão, ferindo-o levemente, e quebrou valioso vaso de cristal. Quanto a Bruno, sabendo que ele tinha conhecimento de que José poderia vir a ser atingido e aceitava tal resultado, poderá ser responsabilizado por:

- (a) Homicídio, com a agravante de ter cometido contra ascendente, em continuidade delitiva com lesão corporal leve, sem o dano
- (b) Homicídio, sem a agravante de ter cometido contra ascendente, em concurso material com lesão corporal leve e dano
- (c) Homicídio, com a agravante de ter cometido contra ascendente, em concurso formal com a lesão corporal leve, sem dano
- (d) Homicídio, sem agravante de ter cometido contra ascendente, e lesão corporal leve em razão do resultado diverso do pretendido, e dano

33. No que se refere à prescrição no direito penal, é correto afirmar que:

- (a) A prescrição da pretensão executória não gera eventual futura reincidência
- (b) Levam-se em conta as circunstâncias legais e as causa de aumento de pena na prescrição da pretensão punitiva em abstrato
- (c) A sustação do processo criminal em que for réu senador interrompe a prescrição
- (d) Nos delitos instantâneos de efeitos permanentes, o termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença será o dia em que o crime se consumou

34. Teotônio, 14 anos, desejando ajudar seu amigo e conferir maior credibilidade a seu depoimento judicial, quando de sua qualificação em juízo declara possuir a idade de 18 anos, além de omitir relevantes informações sobre os fatos do processo. Assim procedendo, Teotônio poderia ser responsabilizado por ato infracional análogo a:

- (a) Falso testemunho
- (b) Falsa identidade
- (c) Fraude processual
- (d) Favorecimento pessoal

35. Em tema de prisão, são exemplo de prisão processual:

- I - Prisão temporária
- II - Prisão por pronúncia
- III - Prisão preventiva
- IV - Prisão por sentença condenatória com transito em julgado

As afirmativas verdadeiras são somente:

- (a) I e IV
- (b) I, II e IV
- (c) I, II e III
- (d) Todas

36. José, primário com bons antecedentes, foi condenado pelo crime de estupro a pena de reclusão de 6 anos, em regime fechado, em quanto tempo poderá José gozar do benefício da liberdade condicional:

- (a) mais de 1/6 de cumprimento da pena
- (b) mais de 1/2 de cumprimento da pena
- (c) mais de 2/3 de cumprimento da pena
- (d) mais de 1/3 de cumprimento da pena

37. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

- I - Condenado maior de sessenta e cinco anos
- II - Condenado acometido de doença grave
- III - Condenada com filho menor ou deficiência física ou mental
- IV - Condenada gestante

- (a) I e IV
- (b) II, III e IV



(c) I, II e IV

(d) Todas

38. Em tema de prazo processual, o prazo para o defensor do réu apresentar defesa prévia é de:

(a) Cinco dias, estando o réu solto

(b) Cinco dias, estando o réu preso

(c) Dez dias, estando o réu solto

(d) Três dias

## Direito Civil

39. Tício faleceu deixando muitos bens, tendo tido 3 (três) filhos, Semprônio, Cornélio e Pôncio. Qual a opção que representa corretamente a divisão da herança de Tício, considerando que Semprônio é pré-morto, tendo deixado 2 (dois) filhos menores, que Cornélio, com um filho maior, foi declarado indigno, por sentença transitada em julgado, e que Pôncio, com 9 (nove) filhos, renunciou à herança de Tício?

(a) A totalidade da herança de Tício pertence aos dois filhos de Semprônio

(b) Metade da herança de Tício cabe ao filho de Cornélio, enquanto a outra metade cabe aos filhos de Semprônio

(c) A herança será dividida em quotas iguais para os netos de Tício, sendo 1/12 avos para cada neto

(d) Nenhuma das respostas anteriores

40. Sobre simulação no novo Código Civil, é correto afirmar que:

(a) Não se trata de hipótese de anulação, como no Código anterior, mas sim de nulidade do negócio jurídico

(b) Decorre da prática de atos legais, mas com a finalidade de prejudicar terceiros, ou, ao menos, frustrar a aplicação de determinada regra jurídica

(c) Foi excluída do novo Código Civil, não sendo causa de inexistência, nem nulidade e, tampouco, de anulação do negócio jurídico

(d) É o artifício ou expediente astucioso, empregado para induzir alguém à prática de um ato jurídico, que o prejudica

41. O regime de bens entre cônjuges, cujo casamento foi celebrado na vigência do novo Código Civil, pode ser alterado, desde que seja feito:

(a) Por pacto antenupcial motivado

(b) Por pacto antenupcial motivado, em instrumento, público

(c) Com autorização judicial, em pedido motivado por ambos os cônjuges

(d) Por pedido direto dos cônjuges junto ao registro civil das pessoas naturais em que foi celebrado o casamento

42. À luz das normas legais que regem o instituto da prescrição, dispostas pelo Código Civil vigente, assinale a afirmativa correta:

(a) O protesto cambial não interrompe a prescrição

(b) A prescrição consiste na extinção do direito subjetivo

(c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes

(d) A prescrição corre entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal

43. O Condomínio Mujalli Center, na qualidade de proprietário, ajuíza, em face de João Felipe, ação de cobrança de despesas condominiais relativas aos imóveis X, Y e Z. O pedido é julgado procedente. João Felipe, inconformado, interpõe recurso de apelação para o fim de reformar sua condenação ao pagamento das despesas condominiais concernentes ao imóvel X. O recurso de apelação também foi recebido no efeito suspensivo. À luz dos fatos narrados, identifique a afirmativa correta.

- (a) O Condomínio poderá dar início à execução definitiva da sentença relativa aos imóveis Y e Z
- (b) Sendo a apelação parcial, poderá o condomínio dar início à execução provisória da sentença relativa aos imóveis Y e Z
- (c) A apelação não será conhecida pelo Tribunal, a falta de embargos de declaração
- (d) Nesta hipótese, o efeito suspensivo concedido impede, por ora, qualquer medida executiva, seja ela provisória ou definitiva
44. Guilherme impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A segurança foi concedida em parte, vencido o terceiro julgador que provia a ordem integralmente. Inconformado com essa decisão,
- (a) O Poder Público poderá interpor recurso ordinário
- (b) Poderá Guilherme interpor embargos infringentes, e o Poder Público recurso especial e extraordinário
- (c) Guilherme poderá suscitar incidente de uniformização, e o Poder Público recurso ordinário
- (d) Guilherme poderá interpor recurso ordinário, e o Poder Público recursos especial e extraordinário
45. Com relação ao término da sociedade conjugal é correto afirmar:
- (a) Desde que preenchidos os requisitos legais, tanto a separação judicial como o divórcio apresentam-se hábeis à obtenção do rompimento do vínculo conjugal
- (b) A separação judicial consensual somente pode se dar se os cônjuges forem casados por mais de dois anos
- (c) Entende-se que, dentro do enquadramento traçado pela Constituição Federal de 1988 e acompanhado pelo novo Código Civil, o divórcio direto pode ser concedido apenas observando-se o decurso temporal de 2 anos de separação de fato
- (d) A partilha dos bens é condição necessária para a concessão do divórcio
46. Alberto, na qualidade de credor, visando por fim a uma obrigação pactuada com Ricardo, aceita receber do devedor (Ricardo) um objeto diverso daquele estabelecido no instrumento obrigacional e, assim procedendo, realizou uma:
- (a) Compra e venda
- (b) Doação
- (c) Novação subjetiva passiva
- (d) Dação em pagamento

## Direito Comercial

47. Com relação às sociedades personificadas, assinale a alternativa INCORRETA:
- (a) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos
- (b) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas
- (c) Na sociedade limitada empresária, depende da deliberação dos sócios a aprovação das contas da administração
- (d) Em nenhuma hipótese a sociedade limitada empresária poderá reduzir o seu capital
48. Estava em curso, na 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, ação ordinária de responsabilidade civil, proposta pela Transportadora Amazonense Ltda. contra Confeccões Mariposa Ltda., quando a falência desta foi decretada pelo Juízo da 2ª Vara Empresarial. Comunicado esse fato ao Juízo da 1ª Vara Empresarial, deve ele:
- (a) Declinar da sua competência em favor do Juízo da 2ª Vara Empresarial
- (b) Suspender o andamento do processo
- (c) Prosseguir com o feito, substituindo a parte ré pela sua massa falida, representada pelo respectivo síndico
- (d) Julgar extinto o processo, para a autora se habilitar na falência da ré

49. Assinale a resposta CORRETA:

- (a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é sempre ilimitada
- (b) O capital social, na sociedade limitada, divide-se sempre em quotas iguais
- (c) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado
- (d) Os sócios não serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital

50. Não é uma característica da sociedade anônima:

- (a) Capital social dividido em ações, respondendo os acionistas pelo preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas
- (b) Independentemente de seu objeto social, a sociedade anônima é sempre mercantil
- (c) A sociedade anônima pode exercer a sua atividade sob firma ou razão social, da qual só farão parte os nomes dos sócios diretores ou gerentes
- (d) A assembléia geral ordinária e a assembléia geral extraordinária são órgãos de deliberação da sociedade anônima